



XIV CONGRESSO
DIREITO UFSC
MOSTRA DE PESQUISA

15 A 17 DE MAIO

RELAÇÃO DOS RESUMOS
ADMITIDOS

1. Adriane de Oliveira Ningeliski	O EXERCÍCIO DO PODER FAMILIAR E A MULTIPARENTALIDADE: DESAFIOS AO DIREITO DE FAMÍLIA BRASILEIRO
2. Airto Chaves Junior	A REINCIDÊNCIA COMO CRITÉRIO DETERMINANTE DE IMPUTAÇÃO E CONDENAÇÃO PELO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA
3. Alan Jones Vanzuiten	RECONHECIMENTO DA RELAÇÃO DAS POLIAFETIVAS COMO ENTIDADES FAMILIARES: UM ESTUDO PRÁTICO DA TEORIA GERAL DO ESTADO
4. Alessandra Gadonski	DIREITO SUCESSÓRIO DO FILHO CONCEBIDO POR INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL HOMÓLOGA POST MORTEM
5. Alessandra Galli Aprá	A FAMÍLIA MULTIESPÉCIE E A TUTELA DO ANIMAL DE ESTIMAÇÃO SOB A ÓTICA DA AFETIVIDADE ASSOCIADA À POSSIBILIDADE DE DESCOISIFICAÇÃO DA ANIMALIDADE.
6. Alessandra Knoll	AS MEDIDAS PROTETIVAS MAIS APLICADAS EM CASOS ENVOLVENDO A LEI MARIA DA PENHA NA CIDADE DE ORLEANS - SC
7. Alex da Silva Anhaia	A FUNÇÃO SOCIAL DO ADVOGADO NA PROMOÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA E NA BUSCA DE FORMAS ADEQUADAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.
8. Alexandre Cesar Toninelo	EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FUNDAMENTO PARA PREVENIR DESASTRES AMBIENTAIS HUMANOS.
9. Alexandre Garrido da Silva	DESIGUALDADE DE GÊNERO NO CENÁRIO JURÍDICO DO BRASIL: A PRESENÇA DAS MULHERES DESDE AS CARREIRAS “BASES” ATÉ OS ÓRGÃOS DE CÚPULA, EM ESPECIAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
10. Alexsander Matheus Schmitz	SITUAÇÃO CARCERÁRIA E JURÍDICA DE MULHERES PRESAS, EM PRISÃO PROVISÓRIA, NO PRESÍDIO FEMININO DE TUBARÃO/SC E O ATENDIMENTO ÀS REGRAS PARA O TRATAMENTO DO PRESO, FIXADAS POR COMANDOS NORMATIVOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS
11. Alexsandro da Silva	DOS LIMITES IMPOSTOS PELA LEGISLAÇÃO EM RELAÇÃO A DESPERSONALIZAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA EM PROCESSO.
12. Alexsandro dos Anjos	O DIREITO À INFORMAÇÃO E A LIBERDADE DE IMPRENSA EM TENSÃO COM OS DIREITOS À PRIVACIDADE, À INTIMIDADE E AO ESQUECIMENTO: DESAFIOS QUANTO AOS VEÍCULOS DE NOTÍCIAS ON-LINE
13. Alichelly Carina Macedo Ventura	A TRANSGENERIDADE E O FEMINICÍDIO SOB UMA PERSPECTIVA REALEANA
14. Alicia Delfino Castelani	GESTÃO PÚBLICA E ANALFABETISMO – ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ

15. Álif Ronaldo Soares Domingues	TERRITORIALIDADE, AUTODETERMINAÇÃO IDENTITÁRIA QUILOMBOLA E A LUTA PELO ACESSO A DIREITOS POPULARMENTE CONSTITUÍDOS EM PENDÊNCIA PERANTE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF.
16. Aline Amábile Zimmermann	O PACOTE ANTICRIME E A POLÍTICA CRIMINAL GENOCIDA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS FINALIDADES OBJETIVADAS NA ALTERAÇÃO DOS ARTIGOS 25, 33 E 59 DO CÓDIGO PENAL
17. Aline Carvalho Vieira	DESIGUALDADE DE GÊNERO NO CENÁRIO JURÍDICO DO BRASIL: A PRESENÇA DAS MULHERES DESDE AS CARREIRAS “BASES” ATÉ OS ÓRGÃOS DE CÚPULA, EM ESPECIAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
18. Aline Cristina dos Santos	A VIOLAÇÃO SISTEMÁTICA DE DIREITOS DA PERSONALIDADE DAS PESSOAS TRANS PELO APARATO JURÍDICO ESTATAL
19. Aline Grabowski	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO DIREITO BRASILEIRO: LIMITES E POSSIBILIDADES
20. Aline Maria do Rego Monteiro	A VIABILIDADE DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM CONJUNTO DE BENEFÍCIOS FISCAIS NO ÂMBITO MUNICIPAL COM O PROPÓSITO DE FOMENTAR EMPRESAS DO SETOR 2.5 VOLTADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE
21. Aline Vanessa Poltronieri Gessner	“UMA PEÇA A MAIS” NA SESSÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI: INTÉRPRETES DE LIBRAS-PORTUGUÊS EM CENA
22. Alisson Carvalho Ferreira Lima	O VÍNCULO AFETIVO ENTRE OS(AS) AGRESSORES(AS) E AS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA COMARCA DE JATAÍ/GO
23. Alyne Rayanna de Sousa Salvador da Silva	OS DIREITOS ASSEGURADOS AOS REFUGIADOS E MIGRANTES AMBIENTAIS: UMA ABORDAGEM EM MEIO ÀS DESIGUALDADES
24. Amanda D’Andrea Löwenhaupt	CARÊNCIAS NA INFRAESTRUTURA PRISIONAL PARA O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS MULHERES PRESAS
25. Amelia do Carmo Sampaio Rossi	O DIREITO AO ESQUECIMENTO COMO UM DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL
26. Ana Beatriz de Araújo Cerqueira Caio Ferreira de Sousa	A QUESTÃO DO PLURALISMO E O PAPEL DO CONFLITO NO PENSAMENTO DE PETER HABERLE E CHANTAL MOUFFE
27. Ana Cristina Corrêa de Melo	EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO NAS CIÊNCIAS JURÍDICAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA GERAL DO SISTEMA E ATOR-REDE
28. Ana Flávia Schmitt	COLOCAÇÃO EM FAMÍLIA SUBSTITUTA COMO GARANTIA DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
29. Ana Gabriela Santos Fonseca de Sá	TRAGÉDIA ANUNCIADA: (I) RESPONSABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS DA MINERADORA YAMANA GOLD NO MUNICÍPIO DE JACOBINA BAHIA

30. Ana Gabriella Arantes Faria Motta	A ALTERAÇÃO DO ARTIGO 468 DA CLT PELA REFORMA TRABALHISTA E SUAS CONSEQUÊNCIAS
31. Ana Larissa Da Silva Brasil	O PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO NAS RELAÇÕES DE CONSUMO: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA DO DECRESCIMENTO
32. Ana Lucia Westrup dos Anjos	UMA ANÁLISE DAS MEDIDAS ADOTADAS PELO ESTADO BRASILEIRO NO CONTEXTO DA CRISE INSTITUCIONAL À LUZ DO ESTADO DE EXCEÇÃO.
33. Ana Luísa Sevegnani	A INSTITUIÇÃO DO IMPOSTO SOBRE VALOR AGREGADO NO BRASIL: UMA PROPOSTA CONSTITUCIONAL?
34. Ana Luisa Silva Soares	A ALTERAÇÃO DO ARTIGO 468 DA CLT PELA REFORMA TRABALHISTA E SUAS CONSEQUÊNCIAS
35. Anderson Alves Martins	LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO DAS CLÁUSULAS ABERTAS E DOS PRINCÍPIOS INERENTES AO ABUSO DE DIREITO NA PERSPECTIVA DO PRINCÍPIO DA OPERABILIDADE
36. Anderson Sasaki Vasques Pacheco	GESTÃO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS INTERPESSOAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
37. André Afonso Tavares	ANÁLISE DO TRATAMENTO DA ATIVIDADE RURAL EXERCIDA EM CARÁTER LONGÍNQUO PARA EFEITO DE CARÊNCIA NOS REQUERIMENTOS DE APOSENTADORIA POR IDADE DO RGPS DADO PELO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO – UMA INTERPRETAÇÃO SOB A ÓTICA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
38. Andressa de Bittencourt Siqueira	“DITADURA DO ALGORITMO” NOS MECANISMOS DE BUSCA DO GOOGLE? A LIBERDADE DE INFORMAÇÃO E O COMBATE ÀS NOTÍCIAS FALSAS NO AMBIENTE DIGITAL
39. Andressa Fernandes Pereira	O POSICIONAMENTO DO STF SOBRE A INVERSÃO DA OITIVA PREVISTA NO ARTIGO 212 DO CPP, ALINHA-SE AO SISTEMA ACUSATÓRIO E AO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO?
40. Andressa Passig	A TOMADA DE DECISÃO APOIADA COMO INSTRUMENTO PARA DIGNIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.
41. Andrey Lyncon Soares Bento	O CRIME TIPIFICADO NO ARTIGO 2º, II, DA LEI Nº 8.137 DE 1990 E OS PRINCÍPIOS BASILARES DO DIREITO PENAL: UMA ANÁLISE DE COMPATIBILIDADE
42. Angela Araújo da Silveira Espíndola	ECOFEMINISMO E JUSTIÇA AMBIENTAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA METÁFORA DA “CAÇA ÀS BRUXAS” E AS RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO DA NATUREZA
43. Angela Cristina Pupim Lima	IMPLICAÇÕES DO CADASTRO POSITIVO AUTOMÁTICO NA PROTEÇÃO DE DADOS E O DIREITO À PRIVACIDADE DO CONSUMIDOR
44. Ângela Irene Farias de Araújo Utzig	EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FUNDAMENTO PARA PREVENIR DESASTRES AMBIENTAIS HUMANOS.

45. Angelo Ricardo Christoffoli	OS PRESSUPOSTOS FÁTICOS DA INSERÇÃO ECONÔMICA DO MIGRANTE HAITIANO EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC
46. Anne Heloise Barbosa do Nascimento	A TRANSGENERIDADE E O FEMINICÍDIO SOB UMA PERSPECTIVA REALEANA
47. Antonio Rodrigues Neto	CRIMINALIZAÇÃO DA LGBTIFOBIA: PUNIR É RESOLVER?
48. Ariane Mattei Nunes	MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES: NOVO PARADIGMA DE ACESSO À JUSTIÇA
49. Ariê Scherreier Ferneda	O RECONHECIMENTO DA UNIÃO SIMULTÂNEA DE LONGA DURAÇÃO E SEUS EFEITOS NO ÂMBITO PREVIDENCIÁRIO
50. Arthur Araújo de Menezes	INTIMIDADE E PRIVACIDADE: ENTRE O STJ E A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS
51. Arthur Bobsin de Moraes	RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR ATOS PRATICADOS PELO TERCEIRO SETOR
52. Arthur Ramos do Nascimento	“O CONTO DA AIA” E UMA DISTOPIA POSSÍVEL: O BACKLASH SOCIAL E O FIM DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITOS NUMA SOCIEDADE EM CRISE
53. Artur Zanelatto Santos	A EVOLUÇÃO DAS LICITAÇÕES NO BRASIL: DO VIÉS INSTRUMENTAL DE CONTRATAÇÃO AO CARÁTER DE POLÍTICAS PÚBLICAS
54. Áudrea Pedrollo Lago	O DIREITO AO RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE DOS CONCEBIDOS POR MEIO DA REPRODUÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE
55. Beatriz de Almeida Coelho	O DIREITO É UM HOMEM, BRANCO E EUROPEU: UMA ANÁLISE DO ENSINO JURÍDICO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA SOB O VIÉS DE UMA TEORIA EPISTEMOLÓGICA FEMINISTA DECOLONIAL.
56. Bianca Larissa Soares de Jesus Roso	ECOFEMINISMO E JUSTIÇA AMBIENTAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA METÁFORA DA “CAÇA ÀS BRUXAS” E AS RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO DA NATUREZA
57. Bianca Louise Wagner	TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA INTERPRETAÇÃO JUDICIAL
58. Bianca Marques Lopes	O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E SUA APLICAÇÃO NOS TRIBUNAIS SUPERIORES.
59. Brenda Serafim Carvalho	A TITULARIDADE DE DIREITOS E A DIGNIDADE DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL E BOLÍVIA
60. Bruna da Cruz	A MAIORIDADE E O DESLIGAMENTO INSTITUCIONAL – A RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO COM OS ADOLESCENTES QUE COMPLETAM A MAIORIDADE E NÃO FORAM ADOTADOS
61. Bruna Georgetti Vieira	A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO SACRIFÍCIO DE ANIMAIS EM CULTOS RELIGIOSOS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE FACILITADA PELO

JULGAMENTO DO RECURSO
EXTRAORDINÁRIO NO 494.601

62. Bruna Leticia Trupel	COMPLIANCE: DESAFIOS E BENEFÍCIOS DA IMPLEMENTAÇÃO EM PEQUENAS EMPRESAS
63. Bruno Cleto de Albuquerque Maranhão	PRECEDENTES JUDICIAIS E O PRINCÍPIO DA IGUALDADE: PROCESSO E EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL SOB O ESCOPO DA TUTELA DE DIREITOS.
64. Bruno Schlemper de Souza	A APLICABILIDADE DA VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA NOS CASOS DE USO INDEVIDO DE IMAGEM NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO
65. Camila Beatriz Berti	LEI MARIA DA PENHA: O SOFRIMENTO SILENCIOSO DA AGRESSÃO PSICOLÓGICA E A RESPONSABILIDADE CIVIL DO AGRESSOR, AUTOR DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
66. Camila Katrip Corrêa	DESTITUIÇÃO DOS DIREITOS INDÍGENAS PELA NEGAÇÃO DE SUA IDENTIDADE NOS MEIOS URBANOS: UMA QUESTÃO DE INVISIBILIZAÇÃO SOCIAL
67. Camila Quevedo Alves	O INSTITUTO DA MULTIPROPRIEDADE E SUA APLICAÇÃO NO COTIDIANO EM CARTÓRIOS DE REGISTRO DE IMÓVEIS
68. Camila Roberta Buzzi	A UTILIZAÇÃO DE MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS NAS EXECUÇÕES PECUNIÁRIAS: UMA ANÁLISE ACERCA DOS LIMITES E REQUISITOS QUE VÊM SENDO ESTABELECIDOS PELA DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES A PARTIR DA ENTRADA EM VIGOR DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015
69. Camila Schroeder Lucachinski	DIREITO DAS FAMÍLIAS NO BRASIL: REFLEXÕES A PARTIR DO PENSAMENTO DECOLONIAL
70. Camille Mottin Corbellini	O EUROPEAN ARREST WARRANT FRENTE AO PRINCÍPIO DA NÃO EXTRADIÇÃO DE NACIONAIS E O PRINCÍPIO DO DUPLO RISCO DE CONDENAÇÃO, ATRAVÉS DA ANÁLISE DO CASO ANDREW SYMEOU
71. Carla Fornari Colpani	IMPLICAÇÕES ÉTICAS DO CUMPRIMENTO DA ORDEM JUDICIAL DA MEDIDA PROTETIVA DE AFASTAMENTO DO LAR, PELO OFICIAL DE JUSTIÇA, NA COMARCA DE LAGES - SC, SOB A LUZ DA OBRA “A PARTE OSCURA DE NÓS MESMOS”, DE ROUDINESCO.
72. Carlos Eduardo Barreto Lopes	PRINCÍPIO DA SOBERANIA NACIONAL SOB À LUZ DO FENÔMENO DA SUPRANACIONALIZAÇÃO: DIALÓGOS JURISPRUDENCIAIS EM FACE DO CASO DA GUERRILHA DO ARAGUAIA.
73. Carolina de Figueiredo Furtado	A PROTEÇÃO DA PESSOA HUMANO NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS APÓS A CONCLUSÃO DE PESQUISAS EXPERIMENTAIS: UM ESTUDO DE CASO

74. Carolina Mansson	EMPREGO DE ARMA DE FOGO E TRÁFICO DE DROGAS: UMA DISCUSSÃO À LUZ DA LEI DE DROGAS
75. Caroline Kuhl Machnicki	OS DIREITOS HUMANOS DOS REFUGIADOS NO BRASIL VINTE E DOIS ANOS APÓS A PROMULGAÇÃO DO ESTATUTO DOS REFUGIADOS
76. Cassiano Carlos Farias	OS LIMITES DA INTERVENÇÃO PENAL, NA LIBERDADE INDIVIDUAL, PARA O IMPEDIMENTO DE CONDUTAS AUTOLESIVAS, NO CONTEXTO (INTER)NACIONAL DA POLÍTICA DE DROGAS
77. Cátia Liczbinski	MUTAÇÃO DAS CLÁUSULAS PÉTREAS E INTERPRETAÇÃO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS CONSTITUIÇÕES DE 1937 E 1988 A PARTIR DA HISTÓRIA DOS CONCEITOS
78. César Augusto Morais Júnior	AS (I)LIMITAÇÕES DO PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO SOB O PRISMA DOS DIREITOS E GARANTIAS
79. Charles Eduardo de Paula Almeida Brito	A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL E A EXPLORAÇÃO PRECOCE DO TRABALHO COMO FORMA DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
80. Chiara da Silva Simões	TIPOS E CAUSAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA SEGUNDO A LITERATURA CIENTÍFICA
81. Cindy Dalfovo;	HABEAS CORPUS 143.641 E OS PERCALÇOS RUMO À HUMANIZAÇÃO DA MATERNIDADE ENCARCERADA
82. Cinthia Caroline Costa Fonsêca	DIREITO E CINEMA: A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO PEDAGÓGICO NO ÂMBITO DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL
83. Clara Valença Prado	REFORMA TRABALHISTA: ORIGEM E MOTIVAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA
84. Claudia de Oliveira Fonseca	O ATIVISMO JUDICIAL E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA
85. Claudia Regina Althoff Figueiredo	LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO DAS CLÁUSULAS ABERTAS E DOS PRINCÍPIOS INERENTES AO ABUSO DE DIREITO NA PERSPECTIVA DO PRINCÍPIO DA OPERABILIDADE
86. Cláudio Alberto Gabriel Guimarães	A VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO BRASILEIRO E OS INSTITUTOS DE COMBATE AOS CRIMES DE TRÂNSITO NO ESTADO DA FLÓRIDA
87. Cláudio de Azevedo Barbosa	OS LIMITES DA TEORIA FORMALISTA DAS FONTES DO DIREITO
88. Cláudio Hiran Alves Duarte	A TEORIA DO VALOR EXPLICA A PRIVATIZAÇÃO DO USO DAS PRAÇAS E PARQUES URBANOS EM PORTO ALEGRE
89. Daiane Regina Ribeiro Sanches	REPARAÇÃO DE DANOS SEGUNDO A LEI Nº 13.467/2017 E O CASO VALE S/A (BRUMADINHO/MG)
90. Daniel Ivonesio Santos	LICITUDE DO USO DE DADOS COLETADOS AUTONOMAMENTE POR DISPOSITIVOS DE INTERNET DAS COISAS, SEM O CONSENTIMENTO DO USUÁRIO, NO PROCESSO PENAL

91. Daniel Klein	OS ELEMENTOS DO PRECEITO FUNDAMENTAL E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: UMA ANÁLISE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
92. Daniel Luiz Pitz	A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E A APLICAÇÃO DE SUAS CONVENÇÕES NA PRÁTICA TRABALHISTA BRASILEIRA
93. Daniel Nascimento-e-Silva	TIPOS E CAUSAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA SEGUNDO A LITERATURA CIENTÍFICA
94. Daniela Cristien Silveira Mairesse Coelho	A IMPORTAÇÃO DOS DISCURSOS CRIMINOLÓGICOS DAS REGIÕES DE PODER HEGEMÔNICO E A NECESSIDADE DE UMA ALTERNATIVA LATINOAMERICANA
95. Dárya Pereira Rega	A FRATERNIDADE COMO POSSIBILIDADE PARA A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO REINO UNIDO NA PRESTAÇÃO DE AJUDA HUMANITÁRIA NA CRISE DO IÊMEN
96. Debora Ferrazzo	A TITULARIDADE DE DIREITOS E A DIGNIDADE DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL E BOLÍVIA
97. Débora Nunes Barbosa	ENTRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A VIOLÊNCIA DE ESTADO: MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA VÍTIMAS DE TENTATIVA DE FEMINICÍDIO E A AUSÊNCIA DE UMA REDE SOCIOASSISTENCIAL
98. Denis Augusto de Oliveira	O ACESSO À JUSTIÇA ATRAVÉS DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS
99. Deyse Rucélia Galdino Ribeiro	OS DIREITOS ASSEGURADOS AOS REFUGIADOS E MIGRANTES AMBIENTAIS: UMA ABORDAGEM EM MEIO ÀS DESIGUALDADES
100. Diego Márcio Potulski Pedroso	DA EXCEPCIONALIDADE E BREVIDADE DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO NA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO OESTE
101. Diego Nunes	OS PEDIDOS DE PERDÃO NOS PACTOS CONSTITUCIONAIS BRASILEIROS DA PRIMEIRA REPÚBLICA E DA ERA VARGAS: O EXERCÍCIO DO DIREITO DE GRAÇA POR GOVERNADORES DE ESTADO E PRESIDENTES DA REPÚBLICA (1926-1946)
102. Dieikson Braian Ribeiro	RISCO PROCESSUAL É COMPATÍVEL COM COLABORAÇÃO PROCESSUAL? OS FUNDAMENTOS DA PRISÃO PREVENTIVA EM FACE DO ACORDO DE DELAÇÃO PREMIADA
103. Douglas da Silva Araújo	UM DIAGNÓSTICO DO CRIME DE FEMINICÍDIO NA CIDADE DE MOSSORÓ
104. Edenilza Gobbo	DA EXCEPCIONALIDADE E BREVIDADE DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO NA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO OESTE
105. Eduarda Beutinger Paiva	O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NO CONTEXTO DAS REDES SOCIAIS - EFEITOS SOBRE OS DIREITOS DA PERSONALIDADE
106. Eduardo Moretti	EXCLUSÃO JUDICIAL DE SÓCIO MAJORITÁRIO DE SOCIEDADE LIMITADA POR INICIATIVA DOS SÓCIOS MINORITÁRIOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO RESP NO 1.653.421/MG

107. Eliane Marcheski	O PROJETO POLÍTICO DO RETROCESSO DA SOCIOEDUCAÇÃO NO BRASIL
108. Elias Benetti Fortuna	A TRIBUTAÇÃO DAS EMPRESAS DE SOFTWARE NA NUVEM (CLOUD COMPUTING).
109. Elis Regina Arévalos Soares	PROSTITUIÇÃO COMO TRABALHO: OS MEIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA REGULAMENTAÇÃO TRABALHISTA EFETIVA
110. Elisa Fiorini Beckhauser	O ESTADO DE BEM VIVER E O PARADIGMA BIOCÊNTRICO: A IMPORTÂNCIA DA VALORAÇÃO INTRÍNSECA À NATUREZA PARA A PROTEÇÃO AMBIENTAL
111. Elizeu Luciano Furquim	FALSAS MEMÓRIAS: ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS OBTIDOS POR MEIO DAS FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
112. Ellen Cardoso	UMA FACE DA MISOGINIA: FEMINICÍDIO
113. Ellis Cristina Colli	LEI MARIA DA PENHA: O SOFRIMENTO SILENCIOSO DA AGRESSÃO PSICOLÓGICA E A RESPONSABILIDADE CIVIL DO AGRESSOR, AUTOR DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
114. Eloísa de Assis dos Santos	O CONTEÚDO CONCRETO DO DIREITO À MORADIA.
115. Emanuel Alesandro da Cruz Sampaio Lopes	O ÔNUS DO TEMPO NOS PROCESSOS JUDICIAIS QUE TUTELAM O DIREITO À SAÚDE
116. Emanuela Gava Caciatori	A DEPENDÊNCIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO: UMA ABORDAGEM DESDE A POLÍTICA DE PREÇOS DA PETROBRÁS ADOTADA A PARTIR DE OUTUBRO DE 2016.
117. Emanuela Rodrigues dos Santos	RITUAIS RELIGIOSOS DE IMOLAÇÃO DE ANIMAIS E A PROTEÇÃO DA DIGNIDADE DA VIDA ANIMAL: O CONFLITO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS EXISTENTES
118. Emanuele Chadai Boyanowski	O EXERCÍCIO DO PODER FAMILIAR E A MULTIPARENTALIDADE: DESAFIOS AO DIREITO DE FAMÍLIA BRASILEIRO
119. Emillie Michels	EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO NAS CIÊNCIAS JURÍDICAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA GERAL DO SISTEMA E ATOR-REDE
120. Emily König Tietböhl	MANUTENÇÃO DA PAZ E SEGURANÇA INTERNACIONAIS? UMA CRÍTICA DESCOLONIAL DA FUNÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS.
121. Emmanuela Wensing Danielski	A RESPONSABILIDADE CIVIL E O ABANDONO AFETIVO PELA PARENTALIDADE
122. Érica Pimenta de Souza	IMPLICAÇÕES DO CADASTRO POSITIVO AUTOMÁTICO NA PROTEÇÃO DE DADOS E O DIREITO À PRIVACIDADE DO CONSUMIDOR
123. Érica Pinheiro De Albuquerque Leal	O “DIREITO DE LAJE” COMO NOVA MANIFESTAÇÃO DOS DIREITOS REAIS E AS IMPLICAÇÕES QUANTO À FUNÇÃO SOCIAL DAS CIDADES

124. Erika Juliana Dmitruk	O CABELO AFRO COMO UM DIREITO HUMANO: UMA ANÁLISE DA DECISÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DE NOVA IORQUE
125. Evaristo Tomasoni Neto	O DIREITO À INFORMAÇÃO E A LIBERDADE DE IMPRENSA EM TENSÃO COM OS DIREITOS À PRIVACIDADE, À INTIMIDADE E AO ESQUECIMENTO: DESAFIOS QUANTO AOS VEÍCULOS DE NOTÍCIAS ON-LINE
126. Fabrício Locatelli Ribeiro	O COMBATE AO RACISMO SOFRIDO POR ÁRBITROS DE FUTEBOL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
127. Felipe Basso Silva	AS MEDIDAS PROTETIVAS MAIS APLICADAS EM CASOS ENVOLVENDO A LEI MARIA DA PENHA NA CIDADE DE ORLEANS - SC
128. Felipe Socha Cordeiro	A RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR NO ACIDENTE DE TRABALHO EM REGIME DE TELETRABALHO
129. Felipe Vilson Serino	NATUREZA JURÍDICA DO ROL DO ART. 1.015 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL À LUZ DO JULGAMENTO DO TEMA 988 DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS
130. Fernanda Ceccon Ortolan	AS LICITAÇÕES ENQUANTO INSTRUMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DO DECRETO N. 9.450/2018
131. Fernanda Giraldi	O CONSENTIMENTO DO OFENDIDO COMO HIPÓTESE DE EXCLUSÃO DE ILICITUDE NA PRÁTICA DA EUTANÁSIA
132. Fernanda Sarita Tribess	DA POSSIBILIDADE DO DIVÓRCIO POST MORTEM COM EFEITOS RETROATIVOS
133. Fernanda Trentin	A MAIORIDADE E O DESLIGAMENTO INSTITUCIONAL – A RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO COM OS ADOLESCENTES QUE COMPLETAM A MAIORIDADE E NÃO FORAM ADOTADOS
134. Fernando de Brito Alves	“O CONTO DA AIA” E UMA DISTOPIA POSSÍVEL: O BACKLASH SOCIAL E O FIM DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITOS NUMA SOCIEDADE EM CRISE
135. Filipe Tchinene Calueio	DEMOCRACIA DIGITAL E DIREITOS HUMANOS: O ACESSO A INTERNET COMO FERRAMENTA EMANCIPATÓRIA NA ÁFRICA AUSTRAL “ANGOLA”
136. Franciane Suelin Ramos Soares	A INCONSTITUCIONALIDADE NA VEDAÇÃO À ESCOLHA DE REGIME DE BENS PARA PESSOAS ACIMA DE 70 ANOS DE IDADE
137. Frederico Mateus Bellaver Souza	O NOVO MODELO DE AVALIAÇÃO DE DEFICIÊNCIA E A TEORIA DA MODERNIDADE LÍQUIDA DE ZYGMUNT BAUMAN
138. Gabriel Cardoso Cândido	DIREITOS SUPRIMIDOS: A BRANQUITUDE GENOCIDA
139. Gabriel Debarba	INTEGRAÇÃO DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NA ORDEM CONSTITUCIONAL BRASILEIRA

140. Gabriel Gonçalves Masiero	ANÁLISE DA VALIDADE DA CLÁUSULA DE VENCIMENTO ANTECIPADO EM DECORRÊNCIA DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA
141. Gabriel Pessotti da Silva	A RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR NO ACIDENTE DE TRABALHO EM REGIME DE TELETRABALHO
142. Gabriel Rodrigo de Sousa	O PRINCÍPIO PRO HOMINE DOS DIREITOS HUMANOS: OS HIPERVULNERÁVEIS COMO SUJEITO DE DIREITOS.
143. Gabriela Haswany de Almeida	ENTRE A INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA E O CRIME DE AGRESSÃO: A “ZONA CINZENTA” PARA A CARACTERIZAÇÃO DE INTERVENÇÕES MILITARES UNILATERAIS COMO CRIME PELO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL
144. Gabriela Pinheiro Santos	O MÉTODO “PROBLEM-SOLVING” DE NEGOCIAÇÃO E SUA INCOMPATIBILIDADE COM AS NORMAS ÉTICO-PROFISSIONAIS QUE REGEM A ADVOCACIA BRASILEIRA
145. Gabriela Uchôa dos Santos	AÇÃO POPULAR COMO FERRAMENTA PARA O CONTROLE SOCIAL
146. Gabriele Bernardes Ongaratto	ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS E AS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR: RECONNECTANDO O CONSUMO À PRODUÇÃO
147. Geanne Gschwendtner	OS MEIOS DE EXECUÇÃO UTILIZADOS NOS CRIMES DE FEMINICÍDIO – UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
148. Giovanni Olsson	A ECONOMIA SOB DEMANDA NO CIBERESPAÇO: O IMPACTO CAUSADO AOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DESSES NOVOS MODELOS DE TRABALHO NO SÉCULO XXI
149. Gisele Teixeira Tod	UNITING FOR PEACE: O USO LEGÍTIMO DA FORÇA EM INTERVENÇÕES HUMANITÁRIAS NO PLANO INTERNACIONAL.
150. Gleison Nunes de Sousa	O DIREITO POR OUTRAS VOZES: CONSIDERAÇÕES SOBRE A NECROPOLÍTICA DA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA A PARTIR DO RAP
151. Grazielly Alessandra Baggenstoss	O DIREITO É UM HOMEM, BRANCO E EUROPEU: UMA ANÁLISE DO ENSINO JURÍDICO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA SOB O VIÉS DE UMA TEORIA EPISTEMOLÓGICA FEMINISTA DECOLONIAL.
152. Guilherme Silva Araujo	A VAGUEZA DO CONCEITO DE ORDEM PÚBLICA E SUA UTILIZAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE
153. Gustavo Barone Martins	CONTRATO DO EMPREGADO MARÍTIMO E O CONFLITO DE COMPETÊNCIA TRABALHISTA NO ESPAÇO

154. Gustavo Hahn	OCUPAÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM ÁREAS URBANAS CONSOLIDADAS. ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE DO MORRO DA CAIXA, FLORIANÓPOLIS-SC.
155. Helinton Schuster	OS HONORÁRIOS E A SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA NO NOVO CPC: ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO TJSC FRENTE À INTERPRETAÇÃO DO TEXTO LEGAL.
156. Heloísa Kotinski Burtet	O ECO DO DIREITO PENAL DE AUSCHWITZ EM BARBACENA: A HISTÓRIA ALEMÃ DE 1945 REFLETIDA NO BRASIL DE 1960
157. Henrique Nascimento Conceição	TEORIA DO MERO ABORRECIMENTO NO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL: ANÁLISE DO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL RECENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO
158. Ícaro Melo dos Santos	A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA SOB A PERSPECTIVA TEMPORAL DA MODERNIDADE LIQUIDA E SEU IMPACTO NA FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO (1988-2018)
159. Igor Galharim	A REVISÃO PELOS PARES DE 2010 E SUA INFLUÊNCIA NOS MECANISMOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA SOB A ÓTICA DE COERÊNCIA E CONVERGÊNCIA REGULATÓRIA
160. Igor Irani Merit Bernardo dos Santos	O PARLAMENTARISMO MUNICIPAL AMERICANO – O SISTEMA COUNCIL-MANAGER
161. Igor Maestrelli Zarnicinski	ENTRE A INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA E O CRIME DE AGRESSÃO: A “ZONA CINZENTA” PARA A CARACTERIZAÇÃO DE INTERVENÇÕES MILITARES UNILATERAIS COMO CRIME PELO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL
162. Isaac Kofi Medeiros	OS LIMITES JURÍDICO-POLÍTICOS DO MANDADO DE INJUNÇÃO SOB A ÓTICA DA SEPARAÇÃO DOS PODERES
163. Isabela Alves de Jesus Iracabal	A PERSEGUIÇÃO DE MYANMAR AO POVO APÁTRIDA ROHINGYA
164. Isabela Fernandes da Silva	A INFLUÊNCIA DAS REIVINDICAÇÕES POPULARES NAS TRANSFORMAÇÕES DO CONSTITUCIONALISMO MODERNO
165. Isabela Lemos Budib	O ECO DO DIREITO PENAL DE AUSCHWITZ EM BARBACENA: A HISTÓRIA ALEMÃ DE 1945 REFLETIDA NO BRASIL DE 1960
166. Isabele Vecchi Sandri	DIREITO SISTÊMICO ORGANIZACIONAL: UMA NOVA PERSPECTIVA NO ÂMBITO JURÍDICO EMPRESARIAL
167. Isabelle Cristine Gonçalves Bucher	ADOLESCENTES INFRATORES E A JUSTIÇA RESTAURATIVA JUVENIL: UMA

NOVA SOLUÇÃO DE CONFLITO NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

168. Isadora Dantas Carmo Magalhães Alves	AS MEDIDAS PROTETIVAS MAIS APLICADAS EM CASOS ENVOLVENDO A LEI MARIA DA PENHA NA CIDADE DE ORLEANS - SC
169. Isadora De Fragas	MOTIVAÇÕES DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS QUE RESULTAM NA EXCLUSÃO DO CANDIDATO NA FASE DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL: COMO OS TRIBUNAIS SUPERIORES ÀS ANALISAM? – ESTUDO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
170. Isadora Zilli Wahlheim	A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS ATRAVÉS DA EMENTA DO TETO DOS GASTOS PÚBLICOS
171. Isis Renata Cachuk	“PACOTE DO VENENO” X AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO: QUEM GANHA?
172. Ítalo Souza Cunha	NATUREZA JURÍDICA DE STOS E SUA RELAÇÃO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E VINDOURA
173. Ivanice Tressoldi	O NOVO SISTEMA PROCESSUAL CIVIL E A APROXIMAÇÃO AO SISTEMA DA COMMON LAW
174. Ivia dos Santos Altoff	NIÑO SUR E A BUSCA PELA PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO MERCOSUL
175. Izabelly Silva Friedrich	O IMPASSE DA CONCESSÃO/DEFERIMENTO DA PATENTE PI0410846-9
176. Jenifer Carina Pereira	SOCIEDADE MODERNA: A DIFICULDADE EM EFETIVAR O PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NUM MUNDO DE CONSUMO EXACERBADO
177. Jéssica Aline Flores	FEMINICÍDIO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: DESCONSTRUÇÃO DO MACHISMO E DA MISOGINIA A PARTIR DAS ESCOLAS.
178. Jéssica Garcia da Silva Maciel	OS 17 ODS COMO NOVO AMBIENTE PARA REVERSÃO DA QUESTÃO DOS LIMITES PLANETÁRIOS
179. Jessica Kindlein Angioletti	PERSPECTIVAS DE CONTROLE SOCIAL E NORMATIVO DA POLUIÇÃO PLÁSTICA NA COSTA BRASILEIRA
180. Jéssica Mapeli dos Anjos	DELAÇÃO PREMIADA FRENTE AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA
181. Joab Leonardo Santana de Castro	A VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO BRASILEIRO E OS INSTITUTOS DE COMBATE AOS CRIMES DE TRÂNSITO NO ESTADO DA FLÓRIDA
182. Joana Ribeiro	A NOVA CURATELA, SOB A ÓTICA DA INCAPACIDADE CIVIL RELATIVA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, A PARTIR DA ALTERAÇÃO DA LEI 13.146/15 1 , DENOMINADA LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA), UMA QUESTÃO DE DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

183. João Gabriel Campregher Probst	RECONHECIMENTO DA RELAÇÃO DAS POLIAFETIVAS COMO ENTIDADES FAMILIARES: UM ESTUDO PRÁTICO DA TEORIA GERAL DO ESTADO
184. João Pedro Basso	A PROTEÇÃO DA BALEIA FRANCA E A PORTARIA Nº1123 DO ICMBIO.
185. João Pedro Mattos de Almeida Cruz	A FIANÇA COMO MEDIDA CAUTELAR DE CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA
186. João Pedro Nascimento	REFÚGIO LGBTI: UM PANORAMA SOBRE A POLÍTICA DE INSERÇÃO BRASILEIRA
187. João Víctor Vieira Carneiro	VIGILÂNCIA QUE VEM DE CIMA: PERSPECTIVAS DE UMA REGULAMENTAÇÃO PARA UM USO DEMOCRÁTICO DE DRONES
188. João Vitor Bueno Corso	O CASO DAMIÃO XIMENES LOPES X BRASIL: ANALISANDO A EFICÁCIA DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS E SUA POSTURA FRENTE A GRANDE POTÊNCIAS INTERNACIONAIS
189. João Vitor Maia Duarte	DIÁLOGO DO DIREITO NA TEORIA DA MODERNIDADE DE DURKHEIM E NA ABORDAGEM DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA
190. Joice Luane Auzani Nagel	FEMINICÍDIO NO RIO GRANDE DO SUL
191. Joice Samara Melchiorretto	HABEAS CORPUS 143.641 E OS PERCALÇOS RUMO À HUMANIZAÇÃO DA MATERNIDADE ENCARCERADA
192. José Lucas Cazarin Simões	A EVOLUÇÃO DA ARBITRAGEM NA RESOLUÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS TRABALHISTAS
193. José Maurício Camargo	OCUPAÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM ÁREAS URBANAS CONSOLIDADAS. ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE DO MORRO DA CAIXA, FLORIANÓPOLIS-SC.
194. José Renato Nascimento Tiraboschi Filho	A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA SOB A PERSPECTIVA TEMPORAL DA MODERNIDADE LIQUIDA E SEU IMPACTO NA FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO (1988-2018)
195. José Rodrigo Kraeski	A EFICÁCIA DO DECRETO LEGISLATIVO NO CONTROLE DOS ATOS DO PODER EXECUTIVO NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS NO ANO DE 2018
196. Júlia Farah Scholz	DO ILUMINISMO JURÍDICO DE MONTESQUIEU AO POSITIVISMO NORMATIVO DE HANS Kelsen: UMA LEITURA DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES SOB A ÓTICA DA TEORIA PURA DO DIREITO
197. Júlia Moreira Macedo	A CONSTITUCIONALIDADE SELETIVA APLICADA EM DECISÕES QUE INDEFERIRAM A PRISÃO DOMICILIAR À MULHERES QUE OSTENTAM A CONDIÇÃO DE GESTANTES, DE PUÉRPERAS OU DE MÃES DE CRIANÇA DE ATÉ 12 ANOS.
198. Julia Romano Barbosa	CRIMINOLOGIA FEMININA AFETIVA SOB A ÓTICA MINIMALISTA

199. Júlian Marcelino Araújo	ANÁLISE DO TRATAMENTO DA ATIVIDADE RURAL EXERCIDA EM CARÁTER LONGÍNQUO PARA EFEITO DE CARÊNCIA NOS REQUERIMENTOS DE APOSENTADORIA POR IDADE DO RGPS DADO PELO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO – UMA INTERPRETAÇÃO SOB A ÓTICA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
200. Juliana Bedin Grandó	O SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E SUAS MEDIDAS DE URGÊNCIA: UMA ANÁLISE DA MEDIDA CAUTELAR 8/13
201. Juliana de Oliveira	LEI MARIA DA PENHA: O SOFRIMENTO SILENCIOSO DA AGRESSÃO PSICOLÓGICA E A RESPONSABILIDADE CIVIL DO AGRESSOR, AUTOR DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
202. Juliana Müller	A POSSIBILIDADE JURÍDICA DAS DEMANDAS DE REPARAÇÃO POR COLONIALISMO E ESCRAVIDÃO FRENTE AO DIREITO INTERNACIONAL
203. Juliana Oliveira Rocha	O IMPASSE DA CONCESSÃO/DEFERIMENTO DA PATENTE PI0410846-9
204. Juliano Glinski Pietzack	A IMPORTÂNCIA DE UM ESTADO TRANSPARENTE: O DECRETO N.º 9.690/2019 E O DIREITO FUNDAMENTAL AO ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA
205. Kamilla Ercolani	INTEGRAÇÃO DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NA ORDEM CONSTITUCIONAL BRASILEIRA
206. Karina Jansen Beirão	GESTÃO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS INTERPESSOAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
207. Karla Vieira	A (IM)POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DA UNIÃO POLIAFETIVA PELO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO
208. Kathleen Azevedo	EMPREGO DE ARMA DE FOGO E TRÁFICO DE DROGAS: UMA DISCUSSÃO À LUZ DA LEI DE DROGAS
209. Kauana Claidir Busanello Sant'ana	ALIENAÇÃO PARENTAL E SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS
210. Kelwim Keller Polheim	SOCIEDADE MODERNA: A DIFICULDADE EM EFETIVAR O PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NUM MUNDO DE CONSUMO EXACERBADO
211. Kely Cristina da Silva	O TRATAMENTO AO INIMPUTÁVEL E A JURIDICIZAÇÃO DA PERICULOSIDADE COM A REFORMA PENAL DE 1940.
212. Larissa da Silva Ferreira Alves	UM DIAGNÓSTICO DO CRIME DE FEMINICÍDIO NA CIDADE DE MOSSORÓ
213. Larissa de Oliveira Viegas	OS DIREITOS ASSEGURADOS AOS REFUGIADOS E MIGRANTES AMBIENTAIS: UMA ABORDAGEM EM MEIO ÀS DESIGUALDADES
214. Larissa Machado Cruz	A NORMATIVIDADE INTERNACIONAL E O JORNALISMO POLÍTICO - OS DILEMAS DOS PROFISSIONAIS DE IMPRENSA AO REDOR DO MUNDO
215. Larissa Martins Firme	A IMORALIDADE DO MERCADO

216. Laura Emerim Silva	A POLÍTICA DE DROGAS NO BRASIL E SUA (IN)EFETIVIDADE: ANÁLISE SÓCIO JURÍDICA DA APLICAÇÃO DA LEI 11.343
217. Laura Rodrigues Hermando	A CONSTITUCIONALIDADE DO TRABALHO INTERMITENTE E A FLEXIBILIZAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO NO BRASIL
218. Laurindo Canombo Vipipili	CRIMINAL COMPLIANCE: MEIO PARA A PREVENÇÃO DO TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO
219. Leandro Ambros Gallon	A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO ESTABELECIDO EXCLUSIVAMENTE PELAS CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS
220. Leandro Coelho	O PACOTE ANTICRIME E A POLÍTICA CRIMINAL GENOCIDA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS FINALIDADES OBJETIVADAS NA ALTERAÇÃO DOS ARTIGOS 25, 33 E 59 DO CÓDIGO PENAL
221. Leonardo Beduschi	DA POSSIBILIDADE DO DIVÓRCIO POST MORTEM COM EFEITOS RETROATIVOS
222. Leonardo da Luz	DA POSSIBILIDADE DO DIVÓRCIO POST MORTEM COM EFEITOS RETROATIVOS
223. Leonardo de Azevedo	PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 45/2019: SOLUÇÃO OU POTENCIAL NOVO PROBLEMA TRIBUTÁRIO?
224. Leonora Roizen Albek Oliven	GÊMEOS, MÓRBIDA SEMELHANÇA
225. Leticia Klechowicz	ENTRE A GARANTIA E O ABUSO: O PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA PROTEÇÃO DO DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO
226. Leticia Maria Gonçalves Santos	O "SUCESSO" DA INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO: A ATUAÇÃO ESTATAL NA PERPETUAÇÃO DA PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA DAS ELITES EM DETRIMENTO DA GARANTIA DO DIREITO À VIDA NAS FAVELAS
227. Leura Dalla Riva	A NATUREZA COMO SUJEITO DE DIREITOS E O CASO DA BACIA DO RIO DOCE
228. Levi Hülse	AS (I)LIMITAÇÕES DO PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO SOB O PRISMA DOS DIREITOS E GARANTIAS
229. Liane Slaviero Ramos	AÇÃO POPULAR COMO FERRAMENTA PARA O CONTROLE SOCIAL
230. Lorena Maria Alves da Silva	PUBLICIDADE INFANTIL E SEUS MEIOS DE PROPAGAÇÃO: UM ANÁLISE DOS LIMITES LEGAIS ACERCA DA PROPAGANDA E O DIREITO BRASILEIRO
231. Lorenzo Borges de Pietro	LIVING CONSTITUTION: OS LIMITES DA MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL
232. Luana da Silva Lima	O DIREITO POR OUTRAS VOZES: CONSIDERAÇÕES SOBRE A NECROPOLÍTICA DA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA A PARTIR DO RAP

233. Luana Ferrari Ramos	A CRIMINALIZAÇÃO DO ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO NO TOCANTE AO PROJETO DE LEI Nº 4.742/2001
234. Lucas Augusto de Farias	REFÚGIO LGBTI: UM PANORAMA SOBRE A POLÍTICA DE INSERÇÃO BRASILEIRA
235. Lucas Cassal Beirão	A INTERNATIONAL CLEARING UNION KEYNESIANA COMO PROPOSTA HISTÓRICA, PODERIA TER EVITADO A CRISE DO ESTADO MODERNO FRENTE À AUTONOMIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO?
236. Lucas Sousa Carmona	A ALTERAÇÃO DO ARTIGO 468 DA CLT PELA REFORMA TRABALHISTA E SUAS CONSEQUÊNCIAS
237. Luciano Scheer	PODER JUDICIÁRIO E DEMOCRACIA: PRIORIZANDO O MOMENTO DE CRIAÇÃO DO DIREITO
238. Luciele Mariel Franco	CONSENTIMENTO DO OFENDIDO: CONSTRUÇÕES DOUTRINÁRIAS E OS DESDOBRAMENTOS EM SUA NATUREZA JURÍDICA
239. Luciellen Lima Caetano Goulart	LÍNGUA E DIREITO: A GARANTIA AO INTÉRPRETE DE LIBRAS NO JUDICIÁRIO
240. Luiz Bráulio Farias Benítez	LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO DAS CLÁUSULAS ABERTAS E DOS PRINCÍPIOS INERENTES AO ABUSO DE DIREITO NA PERSPECTIVA DO PRINCÍPIO DA OPERABILIDADE
241. Luiza Brehm Maciel	GESTÃO PÚBLICA E ANALFABETISMO – ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ
242. Luiza Haruko Ishie Macedo	DOS DESDOBRAMENTOS DA TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E SUA APLICABILIDADE NO ÂMBITO JURISPRUDENCIAL
243. Luiza Helena Schlichting Ribas	COSTUME COMO FONTE DE DIREITO ADMINISTRATIVO: APONTAMENTOS SOBRE O ART. 24, PARÁGRAFO ÚNICO DA NOVA LINDB
244. Luiza Miranda Heinisch	A INSTITUIÇÃO DO IMPOSTO SOBRE VALOR AGREGADO NO BRASIL: UMA PROPOSTA CONSTITUCIONAL?
245. Manuela Coutinho Costa	A INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO NO CONTEXTO DO SISTEMA DE JUSTIÇA MULTIPORTAS
246. Marcelo Pertille	FUNCIONALISMO PENAL: DAS CRISES METODOLÓGICAS AOS DÉFICITS DEMOCRÁTICOS
247. Marcia Andrea Bühring	EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FUNDAMENTO PARA PREVENIR DESASTRES AMBIENTAIS HUMANOS.
248. Márcia Sarubbi Lippmann	DIREITO SISTÊMICO ORGANIZACIONAL: UMA NOVA PERSPECTIVA NO ÂMBITO JURÍDICO EMPRESARIAL

249. Marco Antônio Ferreira Pascoali	A EXIGIBILIDADE DOS CRÉDITOS ORIUNDOS DE FIANÇA OU AVAL EM FACE DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL
250. Marco Antonio Moreira Carrasco	CRIMINALIZAÇÃO DA LGBTIFOBIA: PUNIR É RESOLVER?
251. Marcos Poersch Zanovello	OS PEDIDOS DE PERDÃO NOS PACTOS CONSTITUCIONAIS BRASILEIROS DA PRIMEIRA REPÚBLICA E DA ERA VARGAS: O EXERCÍCIO DO DIREITO DE GRAÇA POR GOVERNADORES DE ESTADO E PRESIDENTES DA REPÚBLICA (1926-1946)
252. Marcos Vinicios Gonçalves	GESTÃO ASSOCIADA: ALTERNATIVA PARA RESOLUÇÃO DE QUESTÕES INSTITUCIONAIS JURÍDICAS E LEGAIS DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - PLAMUS
253. Marcus Vinicius Santos Oliveira Ferreira	DO DANO EXTRAPATRIMONIAL TABELADO PELA REFORMA TRABALHISTA FRENTE AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS
254. Maria Carolina Hank	MUTAÇÃO DAS CLÁUSULAS PÉTREAS E INTERPRETAÇÃO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS CONSTITUIÇÕES DE 1937 E 1988 A PARTIR DA HISTÓRIA DOS CONCEITOS
255. Maria Helena Pessini	DIREITO À IGUALDADE PROCESSUAL: UMA ANÁLISE DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA JUSTIÇA DO TRABALHO FRENTE AO PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DA REALIDADE FÁTICA
256. Maria Izabel Pereira de Azevedo Altoé	A INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO NO CONTEXTO DO SISTEMA DE JUSTIÇA MULTIPORTAS
257. Maria Paula Zanchet de Camargo	A ECONOMIA SOB DEMANDA NO CIBERESPAÇO: O IMPACTO CAUSADO AOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DESSES NOVOS MODELOS DE TRABALHO NO SÉCULO XXI
258. Mariana Alessandra de Farias	O POSICIONAMENTO DO STF SOBRE A INVERSÃO DA OITIVA PREVISTA NO ARTIGO 212 DO CPP, ALINHA-SE AO SISTEMA ACUSATÓRIO E AO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO?
259. Mariana Camargo Machado	PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR MESMO QUANDO HÁ FRIVOLIDADE PARENTAL
260. Mariana Ozorio da Silveira	O CASO DAMIÃO XIMENES LOPES X BRASIL: ANALISANDO A EFICÁCIA DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS E SUA POSTURA FRENTE A GRANDE POTÊNCIAS INTERNACIONAIS

261. Mariana Queiroz	ENTRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A VIOLÊNCIA DE ESTADO: MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA VÍTIMAS DE TENTATIVA DE FEMINICÍDIO E A AUSÊNCIA DE UMA REDE SOCIOASSISTENCIAL
262. Mariane Martins Damasceno	SOCIEDADE MODERNA: A DIFICULDADE EM EFETIVAR O PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NUM MUNDO DE CONSUMO EXACERBADO
263. Marília da Silva de Araújo	A DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA ÀS PROVAS DOS AUTOS E O QUESITO GENÉRICO DE ABSOLVIÇÃO: (I)LEGITIMIDADE DO RECURSO MINISTERIAL
264. Marina Marques de Sá Souza	O CABELO AFRO COMO UM DIREITO HUMANO: UMA ANÁLISE DA DECISÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DE NOVA IORQUE
265. Marina Pranke Cioato	FALSAS MEMÓRIAS: ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS OBTIDOS POR MEIO DAS FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
266. Marisa Galeski Nepomuceno Pinto	A INCONSTITUCIONALIDADE DA REFORMA TRABALHISTA – LEI 13.467/2017: À LUZ DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
267. Márlcio Aguiar	ACIMA E ABAIXO DA LUA: O CONCEITO CICERONIANO DE RES PUBLICA
268. Marta Botti Capellari	“PACOTE DO VENENO” X AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO: QUEM GANHA?
269. Martha Franco Leite	DIREITO E CINEMA: A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO PEDAGÓGICO NO ÂMBITO DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL
270. Mateus Fernandes Soares	OS ENTRAVES À ADOÇÃO HOMOAFETIVA SOB O OLHAR DOS TRIBUNAIS SUPERIORES
271. Mateus Stallivieri da Costa	RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR ATOS PRATICADOS PELO TERCEIRO SETOR
272. Matheus de Lucas Theis Poerner	REFÚGIO E DIREITOS HUMANOS: A (IN)EFICIÊNCIA DA CONVENÇÃO DE DUBLIN FRENTE À CRISE MIGRATÓRIA DA SÍRIA.
273. Matheus do Livramento	DOS LIMITES IMPOSTOS PELA LEGISLAÇÃO EM RELAÇÃO A DESPERSONALIZAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA EM PROCESSO.
274. Matheus Ferreira da Silva	AÇÃO POPULAR COMO FERRAMENTA PARA O CONTROLE SOCIAL
275. Matheus Hatschbach	LINCHAMENTOS: ENTRE O MONOPÓLIO DA VIOLÊNCIA E AS ESTRUTURAS PROFUNDAS
276. Mayara Pellenz	ACESSO À JUSTIÇA E MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITO: UM CAMINHO A SER SEGUIDO.
277. Maykon Fagundes Machado	DIREITO DA NATUREZA COMO DIREITO À CIDADE: UMA PERSPECTIVA ECOLÓGICA SOBRE A ÉTICA DA VIDA
278. Melanie Merlin de Andrade	O POSITIVISMO CONCEITUAL 1 EM Kelsen E HART: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

279. Michael Willian Conradt	PROSTITUIÇÃO COMO TRABALHO: OS MEIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA REGULAMENTAÇÃO TRABALHISTA EFETIVA
280. Michelle Fuchs	O DIREITO AO ESQUECIMENTO COMO UM DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL
281. Milena Petters Melo	A NATUREZA COMO SUJEITO DE DIREITOS E O CASO DA BACIA DO RIO DOCE
282. Moisés dos Santos Nogueira	OS PRESSUPOSTOS FÁTICOS DA INSERÇÃO ECONÔMICA DO MIGRANTE HAITIANO EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC
283. Moisés Gontijo Fonseca	O PRINCÍPIO PRO HOMINE DOS DIREITOS HUMANOS: OS HIPERVULNERÁVEIS COMO SUJEITO DE DIREITOS.
284. Monalyse Andressa Novinski	A FAMÍLIA MULTIESPÉCIE E A TUTELA DO ANIMAL DE ESTIMAÇÃO SOB A ÓTICA DA AFETIVIDADE ASSOCIADA À POSSIBILIDADE DE DESCOISIFICAÇÃO DA ANIMALIDADE.
285. Morena Lemos Mendes El Halal	CRIMINALIDADE E SUAS DETERMINANTES: UMA APRECIÇÃO A PARTIR DA ANÁLISE ECONÔMICA DO CRIME
286. Munir Saleh Silva	A TEORIA DO NEXO CAUSAL ATENUADO NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO
287. Murillo Preve Cardoso de Oliveira	ARBITRAGEM E DIREITO ADMINISTRATIVO: UMA ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS E BENEFÍCIOS DAS CLÁUSULAS ARBITRAIS NOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DOS AEROPORTOS BRASILEIROS
288. Mylene Medeiros Dutra	A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS: O MÍNIMO EXISTENCIAL E A RESERVA DO POSSÍVEL À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NOS TRIBUNAIS SUPERIORES
289. Mylla Carolina Alves Lima	DIREITO E CINEMA: A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO PEDAGÓGICO NO ÂMBITO DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL
290. Naiade Iria Cardoso Gonçalves	A COLABORAÇÃO DAS PRÁTICAS LABORAIS DO MOVIMENTO SOCIAL ECOFEMINISTA PARA A EFETIVAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
291. Naiana Zaiden Rezende Souza	O VÍNCULO AFETIVO ENTRE OS(AS) AGRESSORES(AS) E AS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA COMARCA DE JATAÍ/GO
292. Natália de Souza Ferreira	O USO DA BANDEIRA DE CONVENIÊNCIA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL: LACUNAS DO ORDENAMENTO JURÍDICO INTERNACIONAL E SEUS REFLEXOS NOS CASOS DE VIOLAÇÃO ÀS NORMAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MARÍTIMA
293. Natália Machado Gomes	UMA POSSÍVEL MEDIDA PARA A QUESTÃO DA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DECORRENTE DA DIMINUIÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO PELA AUTOMAÇÃO E DO CONSEQUENTE CRESCIMENTO DA DESIGUALDADE SOCIAL

294. Nicoly Schmidt	REFORMA TRABALHISTA: ORIGEM E MOTIVAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA
295. Pâmela De Souza Olicheski Lopes	REPARAÇÃO AMBIENTAL: A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS PROVENIENTES DE CONDENAÇÕES PECUNIÁRIAS COMO FORMA DE RESSARCIMENTO DE UM DANO AMBIENTAL
296. Pâmela Hamerschmidt	ADOÇÃO INTERNACIONAL: ALTERNATIVA À INSTITUCIONALIZAÇÃO DELONGADA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E À EFETIVAÇÃO DO DIREITO CONSTITUCIONAL À CONVIVÊNCIA FAMILIAR
297. Pamela Vanessa Previatti Sauer	ADOÇÃO NO BRASIL: DESAFIOS E PERCALÇOS DA SUA CONCRETIZAÇÃO
298. Paola Cristina Silva Oliveira	FINS DECLARADOS DA PENA NA LEI DE EXECUÇÃO PENAL E A REALIDADE DO EGRESSO NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO
299. Paola Gabriele Inda Teixeira	O INSTITUTO DA MULTIPROPRIEDADE E SUA APLICAÇÃO NO COTIDIANO EM CARTÓRIOS DE REGISTRO DE IMÓVEIS
300. Paola Nicoletto	DIREITO SISTÊMICO ORGANIZACIONAL: UMA NOVA PERSPECTIVA NO ÂMBITO JURÍDICO EMPRESARIAL
301. Patrícia Borba Vilar Guimarães	UM DIAGNÓSTICO DO CRIME DE FEMINICÍDIO NA CIDADE DE MOSSORÓ
302. Patrícia Delorenzi	REFORMA TRABALHISTA: ORIGEM E MOTIVAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA
303. Patrick Lendl Silva	A PRESUNÇÃO DE MÁ-FÉ NA FRAUDE CONTRA CREDORES
304. Paulo Vitor Petris Tambosi	PRESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR NA EXECUÇÃO PENAL: ANÁLISE SOBRE O ENTENDIMENTO DO STJ
305. Pedro Henrique Souza Ramos	DIREITOS HUMANOS EM TEMPOS DE CÓLERA: “ A HUMANIDADE EM XEQUE NO SÉCULO XXI”
306. Pietra Lima Inácio	O PACOTE ANTICRIME E A POLÍTICA CRIMINAL GENOCIDA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS FINALIDADES OBJETIVADAS NA ALTERAÇÃO DOS ARTIGOS 25, 33 E 59 DO CÓDIGO PENAL
307. Pietro Reginato Costa Callado	O LIBERALISMO JURÍDICO-ECONÔMICO DE FRANCISCO DE VITÓRIA A PARTIR DA LEITURA DE KOSKENNIEMI
308. Poliana Lovatto	O DIREITO SOCIAL AO TRABALHO DIGNO E A INÉRCIA DOS PODERES PÚBLICOS: UMA ANÁLISE À CONDIÇÃO DE (IN)DIGNIDADE DO TRABALHO DO IMIGRANTE
309. Poliana Ribeiro dos Santos	A NATUREZA JURÍDICA DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA CONCEDIDAS A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DIANTE DO ADVENTO DA LEI Nº 13.641, DE 3 DE ABRIL DE 2018
310. Priscila Portella Coutinho	O PAPEL DA MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PRÁTICA DA DEMOCRACIA NO BRASIL

311. Rafael Varollo Perlati	A TUTELA PENAL DOS DIREITOS HUMANOS NO CRIME DE REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO NO BRASIL
312. Rafaella Soares Fraga	CRIMES TRANSNACIONAIS: ANÁLISE JURÍDICA E CRIMINOLÓGICA DO ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL
313. Ramon da Silva Sandi	INTEGRAÇÃO DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NA ORDEM CONSTITUCIONAL BRASILEIRA
314. Raquel Soares	DIREITO À MORADIA VERSUS DIREITO À PROPRIEDADE DO ESTADO: O CASO DA SERRINHA
315. Raul Dias Ferraz	CRIMINOLOGIA FEMININA AFETIVA SOB A ÓTICA MINIMALISTA
316. Raul Nicolas Dombek Coelho	UNITING FOR PEACE: O USO LEGÍTIMO DA FORÇA EM INTERVENÇÕES HUMANITÁRIAS NO PLANO INTERNACIONAL.
317. Rayssa Mendes da Rocha	O “SUCESSO” DA INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO: A ATUAÇÃO ESTATAL NA PERPETUAÇÃO DA PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA DAS ELITES EM DETRIMENTO DA GARANTIA DO DIREITO À VIDA NAS FAVELAS
318. Reinaldo Denis Viana Barbosa	ANÁLISE ECONÔMICA DA TRANSAÇÃO PENAL: O PREÇO DE UM PROCESSO PENAL “EFICIENTE”
319. Renan Posella Mandarin	DELAÇÃO PREMIADA FRENTE AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA
320. Ricardo de Aragão Nogare	REPARAÇÃO AMBIENTAL: A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS PROVENIENTES DE CONDENAÇÕES PECUNIÁRIAS COMO FORMA DE RESSARCIMENTO DE UM DANO AMBIENTAL
321. Ricardo José Feiten	IMPLICAÇÕES DA DOAÇÃO DE ÓRGÃOS PRESUMIDA NO DIREITO PRIVADO BRASILEIRO
322. Ricardo Matos de Souza	DIREITOS HUMANOS EM TEMPOS DE CÓLERA: “ A HUMANIDADE EM XEQUE NO SÉCULO XXI”
323. Roberta Alves Miranda	A PÁGINA SEGUINTE AO CORONELISMO: A RELEVÂNCIA DO TRABALHO PRESTADO PELAS MULHERES NO CENÁRIO POLÍTICO DA CIDADE DE GOIÁS (GO)
324. Roberta Werner Pinto	A REINCIDÊNCIA COMO CRITÉRIO DETERMINANTE DE IMPUTAÇÃO E CONDENAÇÃO PELO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA
325. Rodolfo Barella Faber	POSSIBILIDADE DE PENHORA DE QUOTAS EM SOCIEDADES EMPRESARIAS DE PESSOAS SOBRE A LUZ DO NOVO CPC
326. Rodolfo Macedo do Prado	O WHISTLEBLOWING COMO FERRAMENTA EFICAZ DE COMBATE À CORRUPÇÃO NO ÂMBITO DO PACOTE ANTICRIME
327. Rodolfo Mascarenhas Lopes	REVOGAÇÃO DE TUTELA ANTECIPADA E BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA: NECESSIDADE DE DISTINGUISHING

328. Rodrigo José Serbena Glasmeyer	VIGILÂNCIA QUE VEM DE CIMA: PERSPECTIVAS DE UMA REGULAMENTAÇÃO PARA UM USO DEMOCRÁTICO DE DRONES
329. Roger Antonio Lamin	A DESCARACTERIZAÇÃO DA INIMPUTABILIDADE PENAL DOS SILVÍCOLAS FACE AO SEU DESENVOLVIMENTO MENTAL INCOMPLETO
330. Ronaldo David Viana Barbosa	GESTÃO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS INTERPESSOAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
331. Rosana Ogoshi	AS (I)LIMITAÇÕES DO PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO SOB O PRISMA DOS DIREITOS E GARANTIAS
332. Rui Carlos Bittencourt Sloboda	A VIOLAÇÃO SISTEMÁTICA DE DIREITOS DA PERSONALIDADE DAS PESSOAS TRANS PELO APARATO JURÍDICO ESTATAL
333. Rui Carlos Sloboda Bittencourt	A TOMADA DE DECISÃO APOIADA COMO INSTRUMENTO PARA DIGNIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.
334. Salete Stoeberl Alves	HOLDING FAMILIAR: UMA ALTERNATIVA PROGRAMADA DE SUCESSÃO
335. Samara Walzburger	ACESSO À JUSTIÇA E MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITO: UM CAMINHO A SER SEGUIDO.
336. Samuel Ewald Davidson Zatta	O INSTITUTO DA QUEBRA EFICIENTE: UMA ANÁLISE SOBRE SUA (IN)ADMISSIBILIDADE NO DIREITO BRASILEIRO EM RAZÃO DOS PRINCÍPIOS DA BOA-FÉ E DA CONFIANÇA
337. Samuel Martins dos Santos	OS ELEMENTOS DO PRECEITO FUNDAMENTAL E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: UMA ANÁLISE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
338. Sara Gutierrez	FINANCIAMENTO E TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS FEDERAIS PARA AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE: PREJUÍZOS, MELHORIAS E PERSPECTIVAS FRENTE À PORTARIA 3.992/2017
339. Sarah Francine Schreiner	OS MEIOS DE EXECUÇÃO UTILIZADOS NOS CRIMES DE FEMINICÍDIO – UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
340. Silvana Beline Tavares	OS ENTRAVES À ADOÇÃO HOMOAFETIVA SOB O OLHAR DOS TRIBUNAIS SUPERIORES
341. Silvia de Freitas Mendes	O POSICIONAMENTO DO STF SOBRE A INVERSÃO DA OITIVA PREVISTA NO ARTIGO 212 DO CPP, ALINHA-SE AO SISTEMA ACUSATÓRIO E AO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO?
342. Sofia Scheer	EMPREGO DE ARMA DE FOGO E TRÁFICO DE DROGAS: UMA DISCUSSÃO À LUZ DA LEI DE DROGAS
343. Stefany Carlet	O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IGUALDADE E A EXTENSÃO À PENSÃO POR MORTE E AS DEMAIS APOSENTADORIAS AO ACRÉSCIMO DE 25% CONCEDIDO NAS APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ AO SEGURADO QUE NECESSITA DE ASSISTÊNCIA PERMANENTE

344. Taís Prass Cardoso	A SOCIEDADE PATRIARCAL BRASILEIRA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA ANÁLISE SOBRE A (IN)EFICÁCIA DA LEI FEDERAL Nº 13.104/2015
345. Taise Fernanda Simas Bresciani	A LEI MARIA DA PENHA NO ÂMBITO POLICIAL – O ATENDIMENTO DA AUTORIDADE POLICIAL DIANTE DAS SITUAÇÕES PREVISTAS NA LEI 11.340-2006.
346. Taliane Amaral da Silva	FEMINICÍDIO NO RIO GRANDE DO SUL
347. Tatiana Facchini Da Silva	DOS DESDOBRAMENTOS DA TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E SUA APLICABILIDADE NO ÂMBITO JURISPRUDENCIAL
348. Tatiane Engel	(IN)CONSTITUCIONALIDADE DO PERCEBIMENTO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS NA ADVOCACIA PÚBLICA
349. Taynara Fernandes Vitorino	O DIREITO À PRIVACIDADE SOB OS ABUSOS NO USO DE DADOS: APLICABILIDADE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS, LEI 13.709/18
350. Thainara Nascimento dos Santos	UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS DOS ESTADOS LUSO-AFRICANOS SOB A PERSPECTIVA DAHLIANA.
351. Thais Silveira Pertille	TERRORISMO E ALTERIDADE: DO PROCESSO DE CONHECIMENTO OCIDENTAL À VITIMIZAÇÃO
352. Thaysa Arantes Silper	O PRINCÍPIO PRO HOMINE DOS DIREITOS HUMANOS: OS HIPERVULNERÁVEIS COMO SUJEITO DE DIREITOS.
353. Thiago da Veiga Ferreira	ANÁLISE DA VALIDADE DA CLÁUSULA DE VENCIMENTO ANTECIPADO EM DECORRÊNCIA DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA
354. Thiago Miguel Sartori Geraldo	A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS: O MÍNIMO EXISTENCIAL E A RESERVA DO POSSÍVEL À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NOS TRIBUNAIS SUPERIORES
355. Thiago Nedeff Mendes	O COMPLIANCE NO SISTEMA DE FRANCHISING
356. Thiago Rafael Burckhart	DIREITOS TERRITORIAIS DE POVOS INDÍGENAS E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: O CASO RAPOSA SERRA DO SOL
357. Tiago Silva de Souza	TRAGÉDIA ANUNCIADA: (I) RESPONSABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS DA MINERADORA YAMANA GOLD NO MUNICÍPIO DE JACOBINA BAHIA
358. Tobias Pereira Klen	EXCLUSÃO JUDICIAL DE SÓCIO MAJORITÁRIO DE SOCIEDADE LIMITADA POR INICIATIVA DOS SÓCIOS MINORITÁRIOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO RESP NO 1.653.421/MG
359. Uebert Vinicius das Neves Ramos	O DIREITO POR OUTRAS VOZES: CONSIDERAÇÕES SOBRE A NECROPOLÍTICA DA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA A PARTIR DO RAP

360. Valdenize Regina Bittencourt de Souza	O PROJETO POLÍTICO DO RETROCESSO DA SOCIOEDUCAÇÃO NO BRASIL
361. Valdir de Carvalho Campos	O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E SUA APLICAÇÃO NOS TRIBUNAIS SUPERIORES.
362. Valeska Brandão Birck	O SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E SUAS MEDIDAS DE URGÊNCIA: UMA ANÁLISE DA MEDIDA CAUTELAR 8/13
363. Vanessa Bussolo Brand	COMPLIANCE: DESAFIOS E BENEFÍCIOS DA IMPLEMENTAÇÃO EM PEQUENAS EMPRESAS
364. Vanessa Cecin Chepp	ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS E AS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR: RECONNECTANDO O CONSUMO À PRODUÇÃO
365. Victor Antonio Cecyn	UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS DOS ESTADOS LUSO-AFRICANOS SOB A PERSPECTIVA DAHLIANA
366. Victor Araújo de Menezes	A INFLUÊNCIA DA TEORIA PREDITIVA DO DIREITO DE HOLMES JR. EM APLICAÇÕES DE PREVISIBILIDADE DE DECISÕES JUDICIAIS
367. Victor Hugo Petersen	ENTRE A INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA E O CRIME DE AGRESSÃO: A “ZONA CINZENTA” PARA A CARACTERIZAÇÃO DE INTERVENÇÕES MILITARES UNILATERAIS COMO CRIME PELO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL
368. Vitor Carvalho Barbosa.	A INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO NO CONTEXTO DO SISTEMA DE JUSTIÇA MULTIPORTAS
369. Vitor Gambim Rigo	NATUREZA JURÍDICA DO ROL DO ART. 1.015 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL À LUZ DO JULGAMENTO DO TEMA 988 DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS
370. Vitória Emilia Santiago Pastro	A INEXISTÊNCIA DE UM COSTUME INTERNACIONAL PROIBINDO O USO IRRESTRITO DE ARMAS NUCLEARES À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA
371. Vitória Linhares Malucelli	ARBITRAGEM NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL E O ATUAL POSICIONAMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
372. Vitória Zago Camerini	REPARAÇÃO AMBIENTAL: A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS PROVENIENTES DE CONDENAÇÕES PECUNIÁRIAS COMO FORMA DE RESSARCIMENTO DE UM DANO AMBIENTAL
373. Walter Dias Teixeira	TRÁFICO DE PESSOAS: COMO PREVENIR O DESAPARECIMENTO DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES?

374. Wellington Kauê De Matos	AÇÃO POPULAR COMO MEIO DE CONTROLE DEMOCRÁTICO
375. William Everson Santos Pinto	O INFANTICÍDIO ENTRE ÍNDIOS BRASILEIROS: APROXIMAÇÕES AO EMBATE ENTRE RELATIVISTAS CULTURAIS E UNIVERSALISTAS
376. William Alves Carvalho Ribeiro	PRINCÍPIO DA SOBERANIA NACIONAL SOB À LUZ DO FENÔMENO DA SUPRANACIONALIZAÇÃO: DIALÓGOS JURISPRUDENCIAIS EM FACE DO CASO DA GUERRILHA DO ARAGUAIA.
377. Willian Felipe Vieira	O DIREITO A PATERNIDADE SOCIOAFETIVA PARA AS CRIANÇAS NA ATUAL SOCIEDADE
378. Yago Paiva Pereira	DIREITO COMPARADO E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE DO MÉTODO DE IMPORTAÇÃO DE PRECEDENTES ESTRANGEIROS PELO STF.
379. Yasmim Pereira Yonekura	“AS POLÍTICAS DE MINERAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DO EXECUTIVO E JUDICIÁRIO QUANTO A POLÍTICA DE ALBUQUERQUE E OS ATORES SOCIAIS DO CASO DA HYDRO-ALUNORTE NO PARÁ”
380. Yury Augusto dos Santos Queiroz	O PAPEL DA MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PRÁTICA DA DEMOCRACIA NO BRASIL
381. Zilda Mara Consalter	O DIREITO À INFORMAÇÃO E A LIBERDADE DE IMPRENSA EM TENSÃO COM OS DIREITOS À PRIVACIDADE, À INTIMIDADE E AO ESQUECIMENTO: DESAFIOS QUANTO AOS VEÍCULOS DE NOTÍCIAS ON-LINE